

OCUPAÇÃO DIGITAL: COLONIALISMO E VIGILÂNCIA NOS TERRITÓRIOS PALESTINOS OCUPADOS.

Digital occupation: colonialism and surveillance in Occupied Palestinian Territories.

Ocupación digital: colonialismo y vigilancia en los Territorios Palestinos Ocupados.

Vitória Paschoal Baldin¹

Daniela Osvald Ramos²

DOI: doi.org/10.31501/esf.v2i30.14849

Resumo: O objetivo do trabalho é analisar o impacto do capitalismo neoliberal na internet, especificamente examinando como isso afeta a experiência palestina, aprofundando e complexificando os processos sociopolíticos mais amplos relacionados a essa questão. Concluímos, a partir da revisão da bibliografia relevante, que os problemas gerais decorrentes das novas tecnologias de informação e comunicação não resumem as dificuldades enfrentadas pela população palestina em relação a tais redes.

Palavras-chave: Plataformas digitais. Capitalismo. Colonialismo. Vigilância. Conflito palestino-israelense.

Abstract: The objective of the work is to analyze the impact of neoliberal capitalism on the internet, specifically examining how it affects the Palestinian experience, deepening and complexifying the broader sociopolitical processes related to this issue. We conclude, from a review of the relevant bibliography, that the general problems arising from new information and communication technologies do not summarize the difficulties faced by the Palestinian population in relation to such networks.

Keywords: Digital platforms. Capitalism. Colonialism. Surveillance. Palestinian-Israeli conflict.

Resumen: El objetivo del trabajo es analizar el impacto del capitalismo neoliberal en Internet, examinando específicamente cómo afecta la experiencia palestina, profundizando y complejizando los procesos sociopolíticos más amplos relacionados con este tema. Concluimos, a partir de una revisión de la bibliografía relevante, que los problemas generales que surgen de las nuevas tecnologías de la información y la comunicación no resumen las dificultades que enfrenta la población palestina en relación con tales redes.

Palabras-clave: Plataformas digitales. capitalismo. colonialismo. vigilancia. conflicto palestino-israelí.

¹ Mestre, Universidade de São Paulo, São Paulo — SP, Brasil. vitoria.pbaldin@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-2487-9123>

² Doutora, Universidade de São Paulo, São Paulo — SP, Brasil. dosvald@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0001-7687-567X>

Introdução

A difusão da tecnologia de rede está associada com profundas transformações políticas e econômicas decorrentes da difusão do neoliberalismo. A privatização de diversos setores da economia mundial, como infraestrutura e comunicação, possibilitou a formação de oligopólios, em que a datificação, por sua vez, possibilitou a concentração de poder – econômico, social e político – nas *Big Techs*. As novas redes de comunicação e informação (TICs), apesar de proporcionarem novas formas de relações sociais e ativismo, também permitem perspectivas inéditas de vigilância e controle. Assim, como Sérgio Amadeu da Silveira (Souza et. al., 2018; Cassino & Souza; Silveira, 2022; Padilha & Facioli, 2020) apontou, a internet é uma tecnologia profundamente ambivalente. Nesse cenário, o fim da guerra fria e o neoliberalismo foram essenciais para o desenvolvimento e a difusão dessas TICs, culminando em uma profunda intensificação do fluxo de informação e capital.

A construção do mercado neoliberal contemporâneo, baseado em intensos fluxos digitais, está ligado ao rastreamento e a coleta de dados dos usuários. Como Van Dijck (2014) já pontuou, o cotidiano foi datificado. As relações entre o mercado e a datificação do cotidiano se evidenciam pela profunda utilização da *Big Data* pelo *marketing* comercial, impulsionando a publicidade personalizada e ações voltadas para micro segmentos sociais (Silveira, 2018; Silveira apud Padilha & Facioli, 2020). A utilização dessas novas tecnologias, contudo, não está restrita a processos mercadológicos, mas também têm sido utilizadas de modo sistemático para atuação política.

Diversos autores já pontuaram sobre o papel dos dados na economia contemporânea (Wang & Li, 2017; O’Neil, 2017; Nieborg & Helmond, 2019, para citar alguns). Além disso, um campo emergente de estudos aborda as alterações desse processo na própria lógica do capital. Nesse sentido, estudiosos da internet tem se deparado com incontáveis novos conceitos que se propõem definir e refletir sobre esse

cenário, como *capitalismo informacional* (Fuchs, 2010), *capitalismo de plataforma* (Srnicek, 2016), *capitalismo de vigilância e colonialismo digital* (Foster & McChesney, 2014; Zuboff, 2019; Faustino & Lippold, 2023). Essas abordagens, partindo de enfoques distintos, se debruçam, de modo geral, sob o mesmo processo, isto é, a utilização de processos de extração de dados a partir da vigilância dos usuários com objetivo de rastrear, classificar e perfilar de modo a possibilitar uma manipulação de comportamentos mais efetiva, com destaque para Faustino & Lippold (2023), que, a partir da abordagem interseccional, discutem o caráter neocolonial do capitalismo de vigilância por processos de racialização dos dados, perpetuando desigualdades estruturais seculares. Nesse cenário, processos de consumo, bem como a ascensão da extrema-direita nos Estados Unidos da América e na Europa, são centrais para construção dessas análises.

O presente trabalho, portanto, se debruça sobre a bibliografia emergente no campo dos estudos de internet que reflete sobre o cenário contemporâneo do digital a partir de conceitos como colonialismo e vigilância, articulando tais proposições ao cenário sociopolítico dos Territórios Palestinos Ocupados (TPO). Os Territórios Palestinos Ocupados compreendem três regiões não contíguas - a Cisjordânia, a Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental. Essas regiões, segundo a Resolução 181 emitida pela Organização das Nações Unidas para partição da Palestina em dois Estados, pertenceriam ao Estado Palestino. Tais regiões foram ocupadas de modo definitivo em 1967, permanecendo sob jugo israelense desde então.

Nesse sentido, partimos da articulação dos referidos termos com o panorama histórico experienciado pelos palestinos em decorrência da ocupação israelense. A partir da observação de um local específico, demonstraremos como o colonialismo de dados e a vigilância digital ganha enquadramentos ainda mais perversos ao se associar com cenários de dominação política e apagamentos culturais. O objetivo é tensionar esses conceitos, percorrendo sobre o processo de ocupação digital. Nomeamos de ocupação digital, partindo das proposições de Tawil-Souri (2012), o

processo pelo qual as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) centradas no digital têm sido operacionalizadas por Israel para aprofundar e consolidar a ocupação da Palestina.

Para esta revisão bibliográfica, foram selecionados um total de 38 artigos, livros e relatórios relevantes, abrangendo uma variedade de perspectivas e abordagens relacionadas ao tema proposto. As pesquisas foram conduzidas em diversas bases de dados acadêmicas, incluindo Google Scholar, JSTOR e PubMed, bem como em portais de organizações de direitos humanos, como Human Rights Watch e B'tselem. Os critérios de inclusão para a seleção dos artigos foram sua relevância direta ou indireta para o tema da análise proposta, bem como a qualidade e credibilidade das fontes. Para mapear os textos utilizados, foi realizada uma análise detalhada de seus conteúdos, identificando temas recorrentes, conexões entre os diferentes trabalhos e lacunas no conhecimento existente. Isso permitiu uma compreensão abrangente e crítica das discussões e debates existentes sobre o tema, contribuindo para uma abordagem mais informada e embasada do problema em questão.

A abordagem se distingue ao mergulhar profundamente nos processos sociopolíticos mais amplos, buscando não só compreender, mas também complexificar a interação desses elementos na sociedade contemporânea. Ao revisar criticamente a literatura pertinente, concluímos que as problemáticas derivadas das novas tecnologias de informação e comunicação não oferecem uma visão abrangente das dificuldades enfrentadas pela população palestina dentro dessas redes. O estudo procura preencher essa lacuna ao desvelar as nuances específicas do impacto do capitalismo neoliberal, do colonialismo e da vigilância empregada por Israel na experiência palestina no contexto das plataformas digitais. Ao enfatizar a interconexão entre o contexto histórico, político e tecnológico, nossa pesquisa oferece uma perspectiva mais completa e esclarecedora sobre as dinâmicas sociais em jogo.

O objetivo geral deste artigo é fornecer uma análise aprofundada e contextualizada da interação entre o capitalismo neoliberal, o colonialismo e a vigilância na experiência palestina dentro das plataformas digitais. Questiona-se como esses elementos se entrelaçam e se manifestam nas dinâmicas sociais, políticas e tecnológicas contemporâneas, particularmente no contexto da ocupação israelense e das políticas de controle e monitoramento digital. Além disso, busca-se compreender de que maneira essas tecnologias contribuem para a construção e reprodução de relações de poder desiguais (Mattelart & Vitalis, 2015) e para a perpetuação do estado de opressão enfrentado pela população palestina. O artigo visa, assim, não apenas ampliar o entendimento sobre as complexidades envolvidas, mas também provocar reflexões críticas sobre as implicações sociais e políticas desses processos interconectados.

Colonialismo: extração de dados e destruição de estruturas

A região da Palestina é marcada por processos históricos complexos que resultaram em um estado de dominação colonial liderado por Israel, configurando um cenário de exceção racial (Lentin, 2017). Desde 1948, o Plano D impulsionou um processo de colonização associado à limpeza étnica, visando estabelecer uma ordem etnocrática no território palestino (Yiftachel, 2006). Esse contexto, como apontado por Seidel, Dana e Tartir (2021), gera desafios para a busca de uma soberania palestina, destacando a fragilidade institucional e a persistência do projeto colonial israelense. A economia na Palestina ocupada reflete processos neoliberais e coloniais de acumulação por exploração e expropriação, moldando a dinâmica do colonialismo e reforçando a interligação entre o capitalismo neoliberal e a dominação sobre o povo e o território palestinos.

Dana (2021) discute o processo histórico de colonização israelense, fundamentado em dois princípios: dominação, caracterizada pela violência física, e pacificação, associada à violência simbólica.

A dominação econômica desempenhou um papel essencial na estratégia de pacificação, servindo como instrumento político para conter a resistência anticolonial e reduzir a radicalização política. O uso de mão-de-obra assalariada, facilitação do comércio com a sociedade colonizada e incentivos econômicos restritos fazem parte dessa estratégia, direcionados para beneficiar a economia israelense e perpetuar a política colonial. Além disso, a estratégia de pacificação visa criar fragmentações sociais e desigualdades econômicas na sociedade colonizada para reforçar o controle sobre a população.

Relatórios recentes, como o da Human Rights Watch (2021), destacam a sistemática exclusão social e perseguição dos palestinos que vivem em Israel, sendo tratados como cidadãos de segunda classe. A construção de categorias desumanizantes legitima ações que violam direitos humanos, como invasões, toques de recolher, transferências forçadas, detenções de jovens e crianças palestinas. Os postos de controle israelenses, em parte associados ao Muro da Cisjordânia, impõem restrições à população, violando acordos e prejudicando o acesso a empregos, água, hospitais e outras cidades palestinas. Atravessar esses postos de controle implica em submissão a práticas arbitrárias de opressão (Backmann, 2012).

Para além dos enquadramentos históricos, como o experienciado na Palestina, uma nova gama de estudos tem se utilizado do conceito para refletir sobre os novos processos de exploração baseados em dados extraídos da experiência do usuário em ambiência digital. Nesse sentido, Couldry e Mejias (2019) propõem o conceito de colonialismo de dados para refletir sobre tal panorama. Para os autores, a naturalização da captura e o tratamento de dados institui uma nova ordem social, baseada no rastreamento contínuo e na manipulação comportamental. Assim, por uma análise conjunta aos processos do colonialismo histórico, eles argumentam que as relações centradas em dados instauram uma nova forma de dominação colonial, normalizando a exploração. Essa nova forma de colonialismo combina as práticas extrativistas predatórias históricas com os novos métodos abstratos de quantificação

decorrentes da datificação da vida cotidiana. Um dos principais problemas desse processo decorre da falta de transparência nas maneiras pelas quais as plataformas extraem os dados dos usuários. A opacidade dessas operações implica em profundo desconhecimento da sociedade civil e do cidadão da maneira pela qual esta extração ocorre e seus impactos individuais, políticos e sociais.

A partir das relações de dados, isto é, novas formas de relação humana que permitem a extração de dados com objetivo de mercantilização, a vida social cotidiana é aberta para geração de capital. Esse colonialismo funciona, em simultâneo, em escala global e a partir de redes locais. As novas tecnologias de comunicação e informação, em especial, as plataformas, “produz[em] o social para o capital, ou seja, uma forma de ‘social’ que está pronta para apropriação e exploração de valor como dados, quando combinados com outros dados apropriados de forma semelhante” (Couldry & Mejias, 2019, p. 342, tradução nossa). Apesar disso, há uma profunda diferença na manifestação e os efeitos desses processos nos países ricos e pobres (Silveira, 2021). Faustino & Lippold (2023, p. 66), por sua vez, discutem neste contexto o viés racial e xenofóbico do colonialismo digital:

Neste momento em que as distâncias e os tempos parecem distorcidos pela aceleração da velocidade de rotação do capital, o racismo e a xenofobia se tornam mais importantes do que jamais foram, atuando como critério biopolítico de diferenciação entre quem é e quem não é cidadão, quem é e quem não é nacional, quem está dentro e quem está fora da ética, da política e da estética, quem é humano e quem é matável, mas também quem tem acesso e, sobretudo, controle dos novos meios (informacionais) de validação da própria existência e quem não tem.

Nesse cenário, a questão da comunicação digital adquire uma complexidade ainda maior, à medida que as relações entre os indivíduos são mediadas e influenciadas por algoritmos e interesses comerciais. A transformação do espaço social em uma fonte de capital ressalta a urgência de repensar

os paradigmas da comunicação contemporânea, considerando não apenas a disseminação da informação, mas também as relações de poder subjacentes à sua produção e circulação.

Ainda nesse sentido, Kwet (2019) aponta para diversos processos envolvidos com o colonialismo digital. Semelhante a outras bibliografias, em especial Silveira (2021), Couldry e Mejias (2019) e Faustino & Lippold (2023), que se propõem a pensar o novo enquadramento do capitalismo a partir da lógica colonial, Kwet nomeia como colonialismo digital o processo pelo qual o digital é utilizado de modo semelhante ao colonialismo histórico, refletindo, especialmente, novas formas de dominação do sul global. Os oligopólios das corporações multinacionais, para Kwet (2019) são utilizados como base para dominação econômica, em especial, de sociedades emergentes do Sul Global. Essas corporações, por algoritmos e sistemas de extração de dados, progressivamente ganham poder político, social e cultural. Além disso, “como característica do capitalismo de vigilância, as agências de inteligência do Norte Global fazem parceria com suas próprias corporações para realizar vigilância em massa e direcionada no Sul Global (...)” (Kwet, 2019, s/p, tradução nossa). Para o autor, a assimilação – muitas vezes, realizada de modo inconsciente ou ingênua – dos produtos tecnológicos, modelos de comunicação e negócios e ideologias das potências, cada vez mais associadas a empresas de plataformas, constitui a nova frente colonialista que o Sul Global deve enfrentar. Na mesma perspectiva, Faustino & Lippold (2023, p. 81), apontam que “(...) o que se vê neste contexto de neocolonialismo tardio é uma partilha do mundo que atualiza o imperialismo e o subimperialismo, ao reduzir o Sul Global a mero território de mineração extrativista de dados informacionais”.

Kwet (2019) argumentou que a estrutura do colonialismo digital opera através do controle centralizado de três pilares do ecossistema: software, hardware e a infraestrutura de conectividade à rede. No panorama dos TPO, enquanto o software é proveniente das mesmas redes de oligopólio que

estruturam a web internacional, hardware e a infraestrutura de acesso à internet estão profundamente associados com a ocupação israelense, implicando na colonização total do ecossistema nacional.

A internet, nesse cenário, foi progressivamente incorporada às estratégias militares. Através da destruição e proibição de estruturas palestinas, Israel objetiva reforçar e consolidar a ocupação histórica desses territórios. Aouragh (2016) refletiu sobre a política destrutiva do Estado de Israel contra as estruturas de acesso às TICs e a atuação de palestinos nas plataformas digitais, nomeando tal processo como cibercídio. Nesse panorama, o processo de colonização também é atravessado e amplificado pelas tecnologias digitais centradas em extração e processamento de dados (Silveira, 2021).

Em Israel, bem como nos Territórios Palestinos Ocupados, as tecnologias de acesso e utilização da internet compõem parte do imenso complexo industrial-militar israelense. O entendimento das TICs como uma nova frente de guerra é proveniente da perda de legitimidade de Israel na Guerra do Líbano, ainda em 2006. Vários relatórios políticos e manuais emergem nesse período (Collings & Rohozinski, 2009, por exemplo) recomendando a adaptação das estratégias de guerra para novas demandas e possibilidades instauradas pela popularização da internet. Ao longo dos ataques a Gaza em 2008 (Operação Chumbo Fundido), Israel destruiu uma série de estruturas palestinas da informação e comunicação.

De maneira semelhante, desde 2010, Israel proíbe que bens de consumo de “uso-duplo” entrem em Gaza, ou seja, aqueles que podem ser usados para fins militares, como construir ou fortificar túneis em direção a Israel (Human Rights Watch, 2021). Apesar disso, a definição de bens que se enquadram em tal perspectiva é profundamente vaga e ampla, variando de fertilizantes a veículos. Nesse cenário, equipamentos de comunicação também são alvo das restrições, implicando em uma profunda dependência de importadores e empresas israelenses para construção e manutenção das estruturas de

acesso à rede e hardware (Tawil-Souri, 2012). Em tal perspectiva, Israel criou um “mercado cativo” (Human Rights Watch, 2021), particularmente, em Gaza, e nos Territórios Palestinos Ocupados, de modo geral. Esses eventos explicitam como a inibição do desenvolvimento da internet palestina se tornou essencial para as políticas de subjugação israelense.

A destruição das estruturas de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) não apenas prejudica a capacidade dos palestinos de se comunicarem e acessarem informações, mas também restringe seu direito fundamental à liberdade de expressão. Essas ações não só perpetuam a desigualdade digital, exacerbando as disparidades socioeconômicas entre Israel e os palestinos, mas também representam uma forma de violência simbólica, em que o controle sobre a comunicação e o fluxo de informações é usado como uma ferramenta de dominação e subjugação.

Vigilância: neoliberalismo e militarismo

Em uma perspectiva histórica, em especial das sociedades colonizadas, a vigilância não é novidade. A utilização de fenótipos raciais como base de práticas eugenistas compuseram diversos processos de vigilância e dominação de povos racializados (Beiguelman, 2021). Isto é, “a vigilância é baseada no olhar da alteridade. Uma característica fundamental da vigilância em regiões colonizadas é a racialização do nativo” (Zureik, 2015, p. 95, tradução nossa). Como Elia Zureik (2020) apontou, as formas diretas e indiretas de dominação colonial foram essenciais para o desenvolvimento de diversas tecnologias de vigilância, em especial, para controlar as populações sob domínio colonial. A associação das novas tecnologias com os processos de dominação e violência se refletiu no desenvolvimento dos

métodos contemporâneos de controle, como a biometria, drones, referências cruzadas baseadas em Big Data, inteligência artificial e a coleta de dados em plataformas digitais (Zureik, 2020).

Atualmente, a partir da mediação das plataformas e da extração de dados, as relações entre capital e vigilância tem se difundido globalmente. Como Mattelart e Vitalis (2015) apontaram, o sistema de comunicação contemporâneo, marcado pela fluidez, pela mobilidade e pela conectividade, também possibilita que formas de vigilância adquiram tais características. A comunicação digital se apresenta, em simultâneo, como uma possibilidade sem precedentes de conectividade e uma ambiência de controle permanente.

Ainda em 2014, Foster e McChesney (2014) nomearam como capitalismo de vigilância o processo no qual Estado e corporações se utilizam da vigilância como ferramenta de exploração comercial e base para práticas de governança estatal. Zuboff (2019) enfatizou como a Big Data é um componente fundamental para a atual configuração do capitalismo de vigilância, em que diversos agentes coletam, armazenam e processam enormes quantidades de dados provenientes da ação do usuário em rede. A partir disso, é possível inferir, com surpreendente precisão, características e tendências comportamentais desses sujeitos. O capitalismo colonial de vigilância baseado na extração de dados implica em profundas violações da privacidade, especialmente em sociedades do sul global. Na perspectiva neocolonial de Faustino & Lippold (2023, p. 128):

O controle bélico, cultural e, sobretudo, financeiro operacionalizado pelo países imperialistas, em benefício de seus oligopólios, se aperfeiçoa a partir de uma complexa teia hierárquica com decisivas consequências tecnológicas, especialmente nestes tempos de vanguarda NBIC (nanotecnologia, biotecnologia, informação e ciência cognitiva), em que a ciberguerra, ou seja, a guerra travada no ciberespaço, tem um papel fundamental.

Assim, a internet também é amplamente utilizada para fins de vigilância e guerra cibernética contra os palestinos. O desenvolvimento de estratégias e equipamentos militares israelense centrado em estratégias de utilização de dados provenientes de plataformas digitais, bem como o investimento em empresas e startups, se baseia em na tentativa de (1) destruir uma atuação palestina digital viável e segura, prevenindo movimentos de solidariedade e (2) implementar novas formas de dominação política e econômica, centradas em regimes de constante vigilância (Aouragh, 2016).

Elia Zureik (2015) argumenta que, historicamente, a colônia operou como laboratório para o desenvolvimento e testes de tecnologias de vigilância. Em Israel, a autora aponta que as tecnologias militares, associadas com elaboração de mapas, levantamento de censos e perfilamento racial, foram ferramentas essenciais para o desenvolvimento de práticas de vigilância. A principal especificidade do cenário colonial estruturado por Israel decorre da enclavização da população nativa, como o isolamento da Faixa de Gaza e a construção do Muro de separação na Cisjordânia, em que mecanismos arquitetônicos são associados com tecnologias digitais para impedir e monitorar o deslocamento de palestinos (B'tselem, 2007) e bens de consumo (Human Rights Watch, 2022).

Neoliberalismo, como um paradigma político-econômico, enfatiza a liberalização dos mercados, a privatização de serviços públicos e a redução do papel do Estado na economia. Nesse contexto, as empresas privadas de segurança surgem como atores significativos, capitalizando sobre as demandas crescentes por tecnologias de vigilância e controle em um mundo marcado por conflitos e instabilidade. Haddad (2016) argumenta que as empresas de segurança privada desempenham um papel central no controle e vigilância dos palestinos nos Territórios Ocupados. Essas iniciativas se aproveitam da infraestrutura de ocupação e das políticas de segurança implementadas por Israel para estruturar seus produtos e seu modelo de negócio em perspectiva internacional.

Tais empresas muitas vezes fornecem tecnologias de vigilância avançadas, como drones, sistemas de reconhecimento facial e monitoramento de comunicações, utilizadas para monitorar e reprimir a população palestina (Rabie, 2021). A atuação dessas empresas não se limita apenas ao mercado local, mas também exporta suas tecnologias para outras regiões do mundo, tanto no Norte quanto no Sul global. Isso sugere uma conexão intrínseca entre as práticas de controle e vigilância nos Territórios Ocupados e a indústria global de segurança, alimentada pelo neoliberalismo e pela busca de lucro por parte das corporações privadas.

Nesse cenário, Aouragh (2016) aponta para utilização sistemática de discursos entusiásticos do neoliberalismo e política de desenvolvimento de startups de tecnologia israelense como base para propaganda pró-israel. O crescimento de tecnologias associadas a processos de vigilância capturou a imaginação ocidental, produzindo uma série de discursos enfatizando a posição de Israel internacionalmente como um dos principais centros de alta tecnologia (Zureik, 2020). Nesse sentido, o ímpeto colonialista do projeto sionista se associa com mitos neoliberais⁵, oferecendo a Israel uma imagem de progresso e avanço para apresentar ao mundo. Distintamente, a ocupação impede qualquer forma de desenvolvimento econômico palestino, de caráter neoliberal ou não. Assim, “uma única economia política da Palestina é inexistente, mas há uma sub-realidade de economia política múltipla que é coletivamente regulada pelo colonialismo de Israel”. (Seidel et. al., 2021, p. 7, tradução nossa).

Apesar disso, como apontado no relatório *Occupation, Inc.* (Human Rights Watch, 2016), a cooptação de territórios palestinos para práticas industriais tem sido parte integrante do colonialismo israelense. Essas empresas, além de utilizarem recursos naturais palestinos e se aproveitarem da exploração da mão de obra palestina, também partem do contexto colonial para utilizar a população nativa como cobaia para tecnologias digitais ligadas à indústria militar e a mecanismos digitais de vigilância. A extração, utilização e comercialização dos dados pelas Big Techs aprofundou

substancialmente o sistema de vigilância do qual os palestinos estão submetidos. “Em 2016, Israel abrigava o maior número de empresas de vigilância per capita do mundo e era considerada uma 'capital de segurança nacional' global” (Goodfriend, 2022, s/p, tradução nossa).

Após o 11 de setembro, abordagens preventivas, de definição ampla e vaga, foram legitimadas como parte de processos de segurança nacional, aprofundado o cenário de violação da privacidade de palestinos por Israel. partir desse panorama, a demanda comercial por tecnologias de vigilância implicou também profundos incentivos para o desenvolvimento de empreendimentos dessa natureza. Goodfriend (2022) explicita em seu relatório as relações íntimas entre os Estados Unidos da América e Israel no que diz respeito aos aparatos e sistemas de vigilância. A exemplo, empresas como Meta, Microsoft, Google, Amazon e Apple, nomes mais citados nas críticas sobre vigilância digital, compraram nas últimas décadas diversas empresas israelenses especializadas em comercialização de tecnologias de vigilância biométrica, ciberespionagem e coleta de dados. Nesse contexto, “a expansão do aparato de vigilância militar de Israel na Cisjordânia, portanto, alimentou o rápido desenvolvimento da economia de alta tecnologia do país” (Goodfriend, 2022, s/p, tradução nossa), fortemente associado às novas demandas ocidentais.

Como Aouragh (2016) defendeu, o discurso de segurança nacional possibilitou a vigilância e a detenção de incontáveis palestinos por publicações que discutiam eventos cotidianos ou históricos em perspectiva de defesa política pró-palestina. Ainda nesse sentido, ao longo das entrevistas realizadas pela pesquisadora, diversos palestinos demonstraram entendimento de que os dados palestinos extraídos de sua presença na internet foram submetidos à vigilância das Forças Armadas de Israel. Assim, para além da extração de dados com objetivos mercadológicos, os dados produzidos pela utilização das plataformas digitais pelos palestinos também são utilizados com fins de vigilância militarista.

Além disso, a partir de base de dados biométricos provenientes de postagens feitas por palestinos em plataformas digitais e capturas realizadas por sistemas de vigilância provenientes de câmeras instaladas em postos de controle na Cisjordânia ou em Jerusalém, Israel instaurou processos de vigilância e censura high-tech. Como Zuboff (2019) defendeu, o capitalismo de vigilância também se apropria da mais-valia comportamental, baseada em rastreamento, classificação e perfilamento. A pesquisadora considera que o Google inaugurou o capitalismo de vigilância, instaurando um sistema que reivindica a experiência humana como matéria-prima para a produção de dados comportamentais. Apesar da centralidade da lógica mercadológica e de processos derivados da democracia neoliberal no argumento da autora, é particularmente interessante refletir sobre seu enquadramento decorrente da lógica militarista da ocupação israelense, em que classificar, rastrear e perfilar palestinos também implica na possibilidade de configurar formas de censura e repressão mais eficientes.

Atualmente, Israel aplica sistemas de “policimento preditivo” (Zureik, 2020) baseado no perfilamento de palestinos com base na extração de Big Data proveniente do uso das plataformas digitais. Em 2017, cerca de 800 palestinos foram detidos por agentes de segurança israelenses e palestinos após a análise computadorizada preditiva de suas interações nas redes sociais, mesmo na ausência de envolvimento em atividades violentas ou protestos (Zureik, 2020).

A narrativa israelense de sucesso militar e tecnológico serve como um atrativo para nações que buscam soluções para seus próprios problemas internos, criando uma demanda por produtos e serviços israelenses na área de defesa e segurança (Loewenstein, 2023). O conceito de “diplomacia por meio de espionagem”, como descrito por Yossi Melman (2022), sugere que Israel prioriza seus interesses estratégicos e comerciais sobre considerações éticas ou legais, não apenas no desenvolvimento e uso desses equipamentos de vigilância contra a população palestina, mas também na venda desses produtos para regimes autoritários.

O cenário de utilização das novas tecnologias como ferramentas de “policiamento preditivo” também pode ser observado em diversos outros países. A exemplo, Daniel Edler Duarte (2021) se debruçou sobre a utilização de sistemas de agregação de dados e automação de hipóteses, baseados em algoritmos, para previsão de crimes na cidade do Rio de Janeiro. Como o autor aponta, a previsão de crimes decorre de uma série de elementos sócio-materiais, e não pode ser, a partir de sua roupagem high-tech, considerada imparcial. Isto decorre não apenas das quantidades desiguais de dados coletados em diferentes áreas urbanas e grupos sociais, mas também das decisões decorrentes dos programadores desses sistemas. O uso de softwares de vigilância israelenses no Brasil tem sido motivo de crescente preocupação e debate nos últimos anos (BBC, 2024). Empresas israelenses especializadas em tecnologia de vigilância, como a NSO Group, têm fornecido ao governo brasileiro ferramentas de monitoramento digital que levantam questões sérias sobre privacidade, liberdade de expressão e direitos humanos.

No panorama palestino, diversos casos em que a atuação de palestinos na internet implicou na prisão desses sujeitos por Israel, o histórico do Google, troca de mensagens privadas e publicações em plataformas digitais foram apresentados como evidência (Aouragh, 2016). Ao longo dos ataques israelenses a Gaza em 2014, centenas de palestinos foram demitidos em decorrência da publicação de comentários políticos na internet, ainda que esses sujeitos não tivessem nenhum contato israelense na plataforma social (Nazzal, 2014). Beiguelman (2021) já enfatizou a natureza desconcertante da vigilância contemporânea, em que para além das formas panópticas também se apropria das imagens produzidas pelo sujeito para exercer controle sobre ele e os demais membros da sociedade.

Isto enfatiza a utilização simultânea de níveis de coleta de dados e vigilância distintos para manutenção da ocupação israelense, em que para além de estratégias tradicionais, publicações, como texto e fotografia, feitas em plataformas digitais por palestinos, também são mobilizadas para coerção da

população. Essas práticas pretendem que os palestinos internalizem “essa força disciplinadora, mas aqui também coincide com uma economia política de coleta de informações” (Aouragh, 2016, p. 144, tradução nossa). Assim, a complexidade da Palestina, também se reflete nas maneiras diversas pelas quais os desafios impostos pelas TICs impactam o cotidiano dessa população.

Ao longo da escrita do presente trabalho, no desenrolar dos ataques em Gaza iniciados em outubro de 2023, denúncias da utilização de ferramentas de inteligência artificial (IA) preditiva por Israel para bombardear Gaza levantaram debates sobre ética no uso dessas tecnologias, alinhadas com as preocupações teóricas apresentadas por Silveira (2021). A IA como uma ferramenta do capital e da colonização, aprofunda desigualdades e processos de desumanização de base técnica. Silveira (2021) destaca que as tecnologias digitais baseadas na cibernética são, antes de mais nada, tecnologias de controle. Elas permitem não apenas a vigilância, mas também a manipulação e o direcionamento das ações humanas. O cerco israelense a Gaza, que já resultou em mais de 32.916 mortes e uma crise humanitária severa, é exacerbado pela utilização de tecnologias que desumanizam os processos de tomada de decisão. Infelizmente observa-se exatamente o que pontuamos neste artigo a partir de Faustino & Lippold (2023, p. 66): há uma escolha entre quem é matável e quem não é em larga escala.

Os impactos na comunicação contemporânea são profundos, pois essas tecnologias redefinem as dinâmicas de poder e controle, permitindo uma supervisão constante e a modulação de comportamentos em grande escala. A utilização de IA para operações militares em Gaza ilustra como a comunicação digital pode ser instrumentalizada para fins de dominação e repressão, comprometendo a privacidade, a liberdade de expressão e a própria humanidade dos indivíduos.

Conclusões

Como discutimos, ao controlar de modo arbitrário o movimento de pessoas e mercadorias nos TPO, Israel aplica sob os palestinos profunda dependência econômica, impactando diretamente as possibilidades de atuação no digital. Além disso, a constante vigilância submete os palestinos a um cenário de constante medo e ansiedade. As novas formas de vigilância implicam em novas formas de exploração e opressão do povo palestino, reforçando a ocupação digital. Logo, a própria configuração do capitalismo de dados baseado em vigilância enquanto conceito, tendo como base a extração de dados para alteração da produção de valor e o oferecimento de bens de consumo, também tem especificidades ao ser pensado a partir do panorama palestino, mais próximo do sul global do que de outra parte do mundo. Isto é, o quadro geral apresentado por autores ocidentais e provenientes do norte global se apresenta insuficiente, tendo em vista as poucas possibilidades de associação da população palestina com o mercado de consumo inter e transnacional, bem como a impossibilidade de pensar nos efeitos políticos centrados na corrosão de uma sociedade já sufocada pela ocupação.

Compreendemos, nesse sentido, que os problemas gerais decorrentes das novas tecnologias de informação e comunicação não resumem as dificuldades enfrentadas pela população palestina em relação a tais redes. Argumentamos a necessidade de complexificar esse cenário a partir de (1) ataques sistemáticos às redes palestinas, investindo uma profunda dependência às empresas israelenses para o acesso à internet; (2) o aprofundamento da vigilância das quais os palestinos estão submetidos, tendo em vista a utilização de novas ferramentas para o reconhecimento, o rastreamento e perseguição; e (3) a impossibilidade de pensar os efeitos do colonialismo de dados e da vigilância apenas em termos de consumo e degradação da sociedade, implicando a necessidade de análises que considerem esses processos a partir de lógicas de ocupação e apartheid.

Além disso, a análise da ocupação digital na Palestina ressalta a urgência de repensar as estruturas de poder e as relações geopolíticas no contexto das novas tecnologias. As dinâmicas de vigilância e controle digital não apenas perpetuam a opressão, mas também revelam as falhas nos sistemas regulatórios internacionais. Este estudo sinaliza a necessidade de uma perspectiva global que vá além do enquadramento restrito das políticas de privacidade e segurança digital, abordando de forma mais ampla as implicações éticas, políticas e humanitárias das práticas de vigilância sobre populações subjugadas. A ocupação digital na Palestina serve como um exemplo crucial que desafia a ética da utilização dos avanços tecnológicos em sociedades vulneráveis, sublinhando a necessidade premente de uma reavaliação das normas e práticas em um mundo cada vez mais conectado e interdependente.

A integração das tecnologias digitais ao complexo industrial-militar israelense levanta preocupações sobre a extensão do estado de vigilância e monitoramento sobre a população em geral, colocando em risco os direitos individuais à privacidade e à liberdade de expressão. Essa militarização da esfera digital não só amplia as fronteiras do conflito para o ciberespaço, mas também alimenta um ambiente de desconfiança e medo, em que a população é constantemente vigiada e controlada em nome da segurança nacional de Israel. Ao limitar o acesso a equipamentos essenciais para a construção e manutenção da infraestrutura de comunicação, Israel exerce um controle indireto sobre a vida social e cultural dos palestinos, reforçando assim sua dominação sobre essas populações. Essa forma de controle vai além das questões de segurança e geopolítica, refletindo uma estratégia deliberada de enfraquecimento e desempoderamento das comunidades palestinas, tanto no âmbito nacional quanto individual.

Esse cenário resulta em isolamento digital e marginalização das vozes palestinas nos espaços online, dificultando o compartilhamento de suas perspectivas internacionalmente, criando um fosso digital para as comunidades palestinas. Em um contexto em que a comunicação digital desempenha um papel

cada vez mais crucial na vida cotidiana e no desenvolvimento social, as restrições impostas a Gaza e aos Territórios Palestinos Ocupados representam não apenas um obstáculo tecnológico, mas também um desafio fundamental para a liberdade e a autonomia comunicacional das comunidades locais.

É essencial enfatizar que a construção internacional de Israel como uma “nação start-up” não provém de um vácuo sociopolítico, mas decorre, em especial, das possibilidades de utilizar a população palestina como cobaia e como mão de obra precarizada. A possibilidade de extração de dados e de vigilância dos palestinos sem regulamentações específicas, decorrentes do enquadramento colonial, foi um importante elemento para o desenvolvimento massivo da indústria de inovação tecnológica israelense. Em decorrência disso, são necessárias novas abordagens que investiguem as formas pelas quais os dados e os processos de vigilância engendrados pelo capitalismo em rede são utilizados em sociedades altamente complexas como a palestina. Para além do aprofundamento do cenário colonial, não está claro os efeitos práticos da ocupação digital na Palestina. Possíveis parcerias entre empresas do Norte Global com os processos de vigilância direcionado aos palestinos também precisam de análises cuidadosas. É essencial que novas pesquisas reflitam sobre o enquadramento das lógicas do capitalismo de vigilância com base na extração de dados a partir do panorama de sociedades já subjugadas e exploradas por processos políticos e econômicos mais amplos e antigos.

Referências

- Aouragh, M. (2016b). Revolutionary manoeuvrings: Palestinian activism between cybercide, and cyber intifada. In L. Jayyusi & A. S. Roald (Eds.), *Media and political contestation in the contemporary Arab world* (pp. 129-160). New York: Palgrave Macmillan.
- Backmann, R. (2012). *Um muro na Palestina*. Rio de Janeiro: Record.
- Beiguelman, G. (2021). *Políticas da Imagem: vigilância e resistência na dadosfera*. São Paulo: Ubu.
- B'tselem. (2007). *Ground to a Halt: Denial of Palestinians' Freedom of Movement in the West Bank* [Relatório]. Recuperado de https://www.btselem.org/download/200708_ground_to_a_halt_eng.pdf
- Cassino, J. F., Souza, J., & Silveira, S. A. (2022). Colonialismo de dados. *Autonomia Literária*, São Paulo.
- Collings, D., & Rohozinski, R. (2009). Bullets and Blogs: New media and the warfighter [Relatório]. Army war coll carlisle barracks pa center for strategic leadership.
- Couldry, N., & Mejias, U. A. (2019). Data colonialism: Rethinking big data's relation to the contemporary subject. *Television & New Media*, 20(4), 336-349.
- Dana, T. (2021). Dominate and pacify: Contextualizing the political economy of the occupied Palestinian territories since 1967. In *Political Economy of Palestine* (pp. 25-47). Cham: Palgrave Macmillan.
- Doron, G. (2011). High-tech nation: The future of the Israeli polity. *Israel Affairs*, 17(3), 313-326.
- Duarte, D. E. (2021). The making of crime predictions: Sociotechnical assemblages and the controversies of governing future crime. *Surveillance & Society*, 19(2), 199-215.
- Faustino, D. & Lippold, W. (2023). *Colonialismo digital*. Por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Boitempo.
- Foster, J. B., & Mcchesney, R. W. (2014). Surveillance capitalism: Monopoly-finance capital, the military-industrial complex, and the digital age. *Monthly Review*, 66(3), 1.
- Goodfriend, S. (2022, julho). Supply and Demand: The U.S.' Impact on Israel's Surveillance Sector [Relatório]. *The arab center for social media advancement (7AMLEH)*. Recuperado de [https://7amleh.org/storage/Goodfriend%20amleh%20Surveillance%20Report%2018%20May%202022%20\(1\).docx%20\(1\).pdf](https://7amleh.org/storage/Goodfriend%20amleh%20Surveillance%20Report%2018%20May%202022%20(1).docx%20(1).pdf)
- Haddad, T. (2016). *Palestine Ltd.: Neoliberalism and nationalism in the occupied territory*. Bloomsbury Publishing.

Human Rights Watch. (2021). *A Threshold Crossed: Israeli Authorities and the Crimes of Apartheid and Persecution* [Relatório]. Recuperado de https://www.hrw.org/sites/default/files/media_2021/04/israel_palestine0421_web_0.pdf

Human Rights Watch. (2016). *Occupation, Inc.: How Settlement Businesses Contribute to Israel's Violations of Palestinian Rights* [Relatório]. Recuperado de https://www.hrw.org/sites/default/files/report_pdf/israel0116_web.pdf

Kimmerling, B. (2006). *Politicide: Ariel Sharon's war against the Palestinians*. Verso Books.

Kwet, M. (2019). Digital colonialism: US empire and the new imperialism in the Global South. *Race & Class*, 60(4), versão digital.

Lentin, R. (2017). Race and surveillance in the settler colony: The case of Israeli rule over Palestine. *Palgrave Communications*, 3(1), 1-10.

Loewenstein, A. (2023). *The Palestine laboratory: How Israel exports the technology of occupation around the world*. Verso Books.

Mattelart, A., & Vitalis, A. (2015). *De Orwell al cibercontrol*. Gedisa.

Melman, Y. (2022) "A wild, dangerous military-security complex has wielded power in Israel," *Haaretz*, 20 de jan. de 2022. Disponível em: <<https://www.haaretz.com/israel-news/2022-01-20/ty-article-opinion/a-wild-dangerous-military-security-complex-has-seized-power-in-israel/0000017f-f1b3-df98-a5ff-f3bf79b00000>>. Acesso em 14 de mai. de 2024.

Nazzal, N. (2014, julho 24). Palestinians targeted for social media use in Israel. *Gulf News*. Recuperado de <http://gulfnews.com/news/mena/palestine/palestinians-targeted-for-social-media-posts-in-israel-1.1363596>

Nieborg, D. B., & Helmond, A. (2019). The political economy of Facebook's platformization in the mobile ecosystem: Facebook Messenger as a platform instance. *Media, Culture & Society*, 41(2), 196-218.

O'neil, C. (2017). *Weapons of math destruction. How big data increases inequality and threatens democracy*. New York: Broadway Books.

Padilha, F., & Facioli, L. (2020). Colonialismo tecnológico ou como podemos resistir ao novo eugenismo digital—entrevista com Sérgio Amadeu Silveira. *Estudos de Sociologia*, 25(48).

Palestine Center For Development And Media Freedoms (MADA). (2022). *Media freedoms violations in Palestine: semi-annual report of 2022* [Relatório]. Recuperado de <https://www.madacenter.org/en/article/1393/>

- Rabie, K. (2021). *Palestine is throwing a party and the whole world is invited: Capital and state building in the West Bank*. Duke University Press.
- Seidel, T., Dana, T., & Tartir, A. (2021). Palestinian Political Economy: Enduring Struggle Against Settler Colonialism, Racial Capitalism, and Neoliberalism. In *Political Economy of Palestine* (pp. 1-22). Cham: Palgrave Macmillan.
- Silveira, S. A. (2018). A noção de modulação e os sistemas algorítmicos. In J. Souza, R. Avelino, & S. A. Silveira (Eds.), *A sociedade do controle. Manipulação e modulação nas redes digitais*. São Paulo: Hedra.
- Silveira, S. A. (2021). Inteligência artificial baseada em dados e as operações do capital. *PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM*, 5(10).
- Souza, J., Avelino, R., & Silveira, S. A. (2018). *A sociedade do controle. Manipulação e modulação nas redes digitais*. São Paulo: Hedra.
- Srnicek, N. (2016). *Platform Capitalism*. London: Polity.
- Tawil-Souri, H. (2012). Digital occupation: Gaza's high-tech enclosure. *Journal of Palestine Studies*, 41(2), 27-43.
- Van Dijck, J. (2014). Datafication, dataism and dataveillance: Big Data between scientific paradigm and ideology. *Surveillance & society*, 12(2), 197-208.
- Wang, B., & Li, X. (2017). Big data, platform economy and market competition: a preliminary construction of plan-oriented market economy system in the Information Era. *World Review of Political Economy*, 8(2), 138-161.
- Yiftachel, O. (2006). *Ethnocracy: Land and identity politics in Israel/Palestine*. University of Pennsylvania Press.
- Zuboff, S. (2019). *The Age of Surveillance Capitalism*. London: Profile Books.
- Zureik, E. (2015). *Israel's colonial project in Palestine: Brutal pursuit*. Londres: Routledge.
- Zureik, E. (2020). Settler colonialism, neoliberalism and cyber surveillance: the case of Israel. *Middle East Critique*, 29(2), 219-235.